



Paridade falha por se limitar às listas mas alertou consciências

Partidos cumprem a lei da paridade para efeitos eleitorais, mas depois "afastam" as mulheres

ALFREDO MAIA e IVETE CARNEIRO
sociedade@jn.pt

A lei da paridade não faz sentido porque só se aplica às listas eleitorais e não ao que se passa depois das eleições. Ou faz sentido porque é maioritariamente cumprida e se gera polémica é porque acordou as consciências. As opiniões políticas dividem-se.

O debate em torno de uma lei polémica ao ponto de ter merecido veto presidencial ressurgiu com as notícias de autarquias onde mulheres eleitas renunciaram aos mandatos e deram lugar a homens. Ora, aqui, as opiniões de representantes dos vários partidos são coincidentes: a lei aplica-se às representativas nas listas eleitorais, não aborda o que se passa a seguir às eleições. E está bem ou está mal?

Não faz sentido, dizem CDS e PCP. A lei já é um ganho, argumenta o PS. Faz todo o sentido, garante o BE, para quem as incongruências que se seguem às eleições são sobretudo violações éticas. A lei existe, cumpre-se, responde o PSD. E uma coisa é comum: substituir mulheres eleitas por homens que vinham a seguir nas listas é negativo.

A socialista Maria de Belém, uma das autoras da Lei Orgânica 3/2006, prefere deixar impressões sobre a justiça da legislação para depois de analisada a sua aplicação. "Foi pensada para preparar as coisas antes das eleições", defende-se, sem ousar dizer que o arti-

culado é o melhor. "A própria lei prevê uma avaliação para corrigir o que houver a corrigir". Mas teve, pelo menos, o mérito de fazer notícia casos como o de Famalicão (ver caixa) ou Monção (em que a substituição de uma vereadora pelo vereador a seguir foi assumida na campanha). "Nunca aconteceria se não houvesse a obrigatoriedade das quotas nas listas. Significa que a sociedade está atenta. E que a lei funciona. As questões de paridade são questões culturais e de consciência".

Já Hélder Amaral, coordenador autárquico do CDS-PP, não suaviza a interpretação de uma lei contra a qual o partido votou. E, curiosamente, alinha no mesmo argumento do PCP. Não faz sentido uma lei que impõe administrativamente quotas num Portugal que ainda não tem condições económicas e sociais para facilitar o acesso das mulheres à vida política, reage o Partido Comunista.

E "os partidos têm modelos de funcionamento pouco amigos da família, até pelo horário das reuniões", reconhece Hélder Amaral, que contra o próprio CDS fala. Primeiro, sugere, resolva-se a coisa na casa partidária, depois, criem-se condições: esforço de recrutamento de mulheres pelos partidos, incentivos, creches, reforço da lei da paternidade, conciliação entre vida familiar e profissional. Mas, acima de tudo, "só faz política quem quer" e a participação não deveria ser uma im-

posição legal. A lei da paridade, assim, é "um faz de conta", que precisa de revisão e de avançar para os executivos que resultam das eleições.

Quanto à substituição de eleitos, diz o CDS, "não dignifica as mulheres e só agrava o problema". E "revela a hipocrisia de quem encheu colunas de imprensa em nome da titularidade dos valores da igualdade", completa o PCP. É "condenável" substituição de eleitos, que implica que se "brincou com o mandato", diz também Cas-

tro Almeida, coordenador autárquico do PSD.

Várias realidades

Do PS, o argumento é o dos contextos locais, onde muitos discordam da lei e acabam por cumprir. E, do BE, Helena Pinto fala em "gravíssimo" atropelo ético, até por violar as expectativas do eleitorado. Mas a lei foi "um enorme avanço" e provou que há mulheres para listas. Ou não. E esse é justamente o argumento aduzido para a lista de violações à lei da pa-

ridade elaborada pela Comissão Nacional de Eleições: 79 no total. Há localidades pequenas onde "é quase impossível cumprir a lei" porque as listas implicam muita gente, diz Hélder Amaral, e "muitas mulheres não querem integrar listas", completa o PS. As inconformidades são insignificantes em milhares de candidaturas e não invalidam o positivo cumprimento da lei, dizem PSD e BE. E decorrem de erros no cumprimento de prazos para correções, garante o PCP. ■

CASOS

Vila Verde e Fafe negam Famalicão dá explicação

Os presidentes das câmaras de Vila Verde e Fafe desmentiram ontem a violação da lei da paridade, enquanto a coligação PSD/CDS de Vila Nova de Famalicão justificam o afastamento de duas mulheres da vereação.

Reagindo à notícia publicada ontem no JN, segundo a qual os quatro primeiros lugares da vereação foram atribuídos a homens e a primeira mulher eleita não tem pelouro, o presidente eleito, António Vilela assegura que não houve ainda quaisquer suspensões ou renúncias de mandato pois a nova Câmara de Vila Verdes será instalada hoje.

Por outro lado, a mulher mencionada pelo JN como tendo ficado sem pelouro, Maria de Fátima Peixoto, não foi eleita, acrescenta, afirmando que "está garantida a eleição de uma vereadora a quem será atribuído um pelouro e o exercício de funções a tempo inteiro".

O presidente da Câmara de Fafe, José Ribeiro, esclareceu, em nota enviada ao JN, que a lei da paridade está a ser cumprida e que a vereadora Helena Lemos substituiu Manuel Santos e não o contrário. Este vereador não foi candidato.

Os dirigentes do PSD e do CDS de Vila Nova de Famalicão rejeita-

ram a acusação do PS segundo a qual a coligação usou duas mulheres como "adorno" eleitoral sem permitir-lhes exercer o mandato.

Paulo Cunha, do PSD, negou que a suspensão das eleitas tivesse sido premeditada. "Quando se faz o convite, em Maio ou Junho, não se antecipa o resultado da eleição". Só depois dos resultados se pode aferir a disponibilidade para qualquer cargo, explicou.

Após as eleições, esclareceu, o presidente reeleito, Armindo Costa, endereçou um convite individual aos seis eleitos para assumirem funções de vereadores a tempo inteiro. Mas "as duas eleitas não conseguiram libertar-se de compromissos assumidos anteriormente. Por isso, ou assumiam ficando sem pelouros ou optavam por não assumir", afirmou, garantindo que saíram por sua iniciativa. ■



Depoimentos



MARIA JOSÉ NOGUEIRA PINTO
DEPUTADA DO PSD

"As quotas são artificiais por duas razões. Por um lado, não há assim tantas mulheres que queiram fazer uma carreira política e que não o façam por não haver quotas; ou seja, estas não são decisivas para impedir a presença das mulheres na política. Por outro lado, os partidos, sentindo-se obrigados a incluir um número determi-

nado de mulheres nas listas, acabam por fazer uma escolha muito acrítica, apenas com o objetivo de cumprirem a lei. O que acontece é que se está a dar ao machismo político um instrumento de manipulação. E as mulheres que abdicam dos mandatos estão a dar uma imagem muito triste".



CARLA GUEDES
DIRECTORA GERAL DA REPUTATION

"A Lei da paridade já é discriminatória. A sua violação então é uma aberração! E as mulheres deveriam insurgir-se contra isto. Mas os julgamentos a que são sujeitas, os constrangimentos sociais e as discriminações falam mais alto. Qualquer ser humano, Homem ou Mulher, deveria ser avaliado pelo seu mérito. Mas es-

tamos perante questões estruturais da nossa sociedade há muito existentes e que, infelizmente, ainda levarão algum tempo, senão mesmo gerações, a ultrapassar. Socialmente as mulheres são confrontadas com esta realidade: têm que ter a nota de excelente na vida pessoal e na vida profissional".



MARIA JOSÉ MORGADO
PROCURADORA GERAL-ADJUNTA

"O que está em causa é a realidade social que, em Portugal, em termos de costumes, tem quase princípios feudais. A verdade é que o facto de haver poucas mulheres a ocupar cargos políticos está relacionado com o nosso atraso social e económico. Por isso, lei da paridade não é a varinha mágica que resolve os proble-

mas, continua a haver o problema económico e social das mulheres que sacrificam a sua profissão em prol da família. Aliás, não acho que a maneira de resolver o problema seja através das quotas. As mulheres devem ser promovidas pela sua competência e não por exigir quotas para ocupar cargos".



SUSANA FEITOR
ATLETA OLÍMPICA

"A lei, só por si, significa que existe uma diferença. Entendo isso de uma forma positiva, em que não se reclama em relação a um número de vagas, mas em que se procura funcionar em termos de estímulo e numa maior diversidade de funções, por vezes em áreas a que, tradicionalmente, a mulher nem estaria vocacionada. A lei

nem sempre funciona bem, sendo necessária uma maior vigilância. Pertença à Associação Mulher e Desporto e tenho participado em colóquios. A organização procura defender os direitos das mulheres no desporto, com base nos princípios de igualdade consagrados na Constituição".



BEATRIZ PACHECO PEREIRA
DIRECÇÃO DO FANTASPORTO

"Se há falhas na lei, deviam ter sido corrigidas antes das eleições. Isto revela uma falha muito grave do legislador. Há também uma ausência de moralidade. Se há uma lei para impor a chegada das mulheres ao poder, já é triste. Se a lei vem a revelar-se cheia de buracos, é mais triste. E o que é ainda mais triste é que haja mulheres que se

prestem a uma substituição rápida e que haja presidentes de câmara que tenham aceite o jogo. Espero que as mulheres batam o pé, pois acabam por ser manipuladas por pessoas que não as elegeram: aceitam ser representantes de partidos só para cumprir a lei. É uma afirmação de fraqueza".

TERRAS DE BOURO

Lista composta integralmente por mulheres em Balança



Eleitas já assumiram funções. Oposição é que renunciou

Na altaneira freguesia de Balança, Terras de Bouro, a Lei da paridade, a cumprir-se, teria de levar em conta a diferença do género. A lista integralmente composta por mulheres venceu as recentes eleições autárquicas e já está em plenas funções. Os candidatos derrotados da lista opositora renunciaram todos aos mandatos nos órgãos autárquicos da freguesia.

amedrontadas e renunciam", entende esta eleita local.

Um outro facto traz Lídia para a discussão: "As mulheres são, claramente, as mais sacrificadas nos afazeres domésticos. Se assumem um cargo político ficam ainda mais sobrecarregadas. Talvez por isso algumas renunciem aos cargos para os quais foram eleitas. Porque sabem que vai sobrar mais para elas."

"As mulheres também têm direito a governar e mandar sozinho. Para mostrar quer conseguem", começa por justificar Lídia Fajardo, uma das eleitas.

Seja como for, em Balança, as 13 mulheres que assumiram agarrar as rédeas do poder autárquico e conferir mais vida a uma aldeia marcada pela "fuga dos jovens", mantêm-se "de pedra e cal" nos objectivos de lavar o mandato até ao fim.

Quanto aos "esquemas" usados em algumas autarquias, para contornar a lei da paridade, Lídia entende que poderão estar por trás "complexos que alguns homens têm dificuldade em ultrapassar. As mulheres têm capacidade para assumir qualquer cargo. Como os homens. Só que algumas (mulheres) sentem-se

"Todas as eleitas assumiram as suas responsabilidades. Tal como ficou assente aquando da elaboração da lista, este projecto é para levar até ao fim, porque queremos mostrar obra".

PEDRO VILA-CHÁ

NA EUROPA

Situação é melhor em países sem lei de quotas

Apesar das indicações europeias no sentido da paridade, o xadrez político de cada membro da União Europeia no que toca à participação das mulheres na política é tudo menos harmónico. Antes das eleições de Setembro, com 28,3% de mulheres no Parlamento (percentagem que subiu agora para 28,7%), Portugal era o 9º país mais próximo da paridade e estava acima da média europeia de 23,6%. À frente, a Suécia apresentava 46,7% de lugares femininos.

A verdade é que as leis variam muito. E se, em Portugal, limitam-

se a impor a obrigatoriedade de 33,3% nas listas eleitorais, em França, as regras vão mais longe: tem de o mesmo número de mulheres e homens nas listas - com redução das dotações financeiras dos partidos que não respeitem o estabelecido, como em Portugal - e nos executivos. Com 50% para cada sexo, as listas têm que apresentar uma alternância simples: uma mulher, um homem.

A mesma alternância existe nas listas eleitorais dinamarquesas - onde o sistema assenta em cotas internas nos partidos e o Parla-

mento tem 38% de mulheres - e suecas - onde a realidade decorre de acordos informais entre partidos. São dos países mais bem colocados na igualdade, o que pode indiciar a falha da paridade por imposição legal.

Mas há mais países com sistemas de cotas como Portugal. A Finlândia impõe um mínimo de 40% e ultrapassa a meta, com 41,5% de deputadas. Espanha exige os mesmos mínimos, mas só chegou aos 35,7% nas últimas eleições. Já a Bélgica, curiosamente, tem 37,3% de mulheres no hemiciclo, apesar de as cotas serem de 33% e não imporem qualquer obrigação no que toca à posição em que as mulheres são colocadas nas listas. Muitas vezes, são remetidas para lugares não elegíveis. NETE CARNEIRO



Autarquias
Mulheres "furaram"
a nova lei da paridade

Página 14/15